16778943 08001.002370/2021-16

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Assessoria Especial de Controle Interno - AECI

Ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Programa de Integridade (CEPI) - 2021

Data: 21/12/2021	Hora de início: 10h00
Local: Plataforma Microsoft Teams	Hora do término: 10h55

UNIDADES PARTICIPANTES

Assessoria Especial de Controle Interno - AECI

Comissão de Ética - MJSP

Ouvidoria-Geral - OUV

Corregedoria-Geral - COGER

Comissão de Ética - DEPEN

Subsecretaria de Administração - SAA

Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC

Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS

Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD

Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN

Secretaria de Operações Integradas - SEOPI

Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN

Arquivo Nacional - AN

Polícia Federal - PF

Polícia Rodoviária Federal - PRF

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, às 10 horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os servidores das Unidades acima relacionadas para discussão sobre a seguinte pauta: atualização das medidas de tratamento aos riscos no Plano de Integridade - 2º semestre de 2021; auditoria realizada pelo TCU sobre a página do MJSP; curso de governança para altos executivos; campanhas de divulgação do Programa de Integridade e do Boletim Informativo; e prêmio de governança. O Sr. Claudio Antônio de Almeida Py, chefe da Assessoria Especial de Controle Interno e Coordenador da CEPI, procedeu à abertura da reunião e, em seguida, discorreu sobre os pontos da pauta.

O Sr. Claudio Py informou que o Plano de Integridade é atualizado no final de cada semestre. Esclareceu que as atualizações das medidas de tratamento aos riscos de integridade do primeiro semestre de 2021 já foram inseridas no Plano; que a próxima atualização ocorrerá no final do segundo semestre de 2021. Prosseguiu solicitando às unidades a atualização das medidas de tratamento que se encontram na situação em andamento, englobando as iniciadas e não iniciadas. Reforçou sobre a importância das unidades no dever de acompanhar/controlar o andamento da implementação de suas medidas de tratamento e informar à AECI no final de cada semestre. Em seguida, informou sobre o resultado do acompanhamento da implementação das medidas de tratamento e liberou a palavra aos membros, mas não houve manifestação.

Após isso, passou a tratar da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a página do MJSP. Informou que o TCU fez alguns apontamentos, dentre os quais, a necessidade de disponibilizar os documentos em dados abertos. Prosseguiu explanando sobre a publicação *5 motivos para a abertura de dados na Administração Pública,* elaborada pelo TCU, na qual são apresentados os motivos para que as organizações invistam em iniciativas de abertura de dados, que são os seguintes: transparência na gestão pública; contribuição da sociedade com serviços inovadores ao cidadão; aprimoramento na qualidade dos dados governamentais; viabilização de novos negócios; e obrigatoriedade por lei. Em seguida, parabenizou a Ouvidoria pela conquista do 1º lugar no ranking de cumprimento de itens de Transparência Ativa no Painel Lei de Acesso à Informação. Por fim, acessou a página do Ministério, na parte de Governança, onde contém as informações sobre o Programa de Integridade. Mais uma vez liberou a palavra aos membros, mas não houve manifestação.

Em seguida, informou que o Ministério participou do curso de Governança para Altos Executivos promovido pelo TCU. Participaram do evento o senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, o Secretário-Executivo e a alta administração. Relatou que a equipe técnica do TCU, após análise das informações contidas no site do MJSP, constatou que a atas das reuniões do Comitê de Governança Estratégica (CGE) foram disponibilizadas somente até junho de 2021. De qualquer forma, teceu elogios ao trabalho realizado pelo CGE. Nessa ocasião, foi informado ao TCU de que as reuniões do CGE continuam sendo realizadas e que as atas, ainda não publicadas, seriam objeto de publicação. Em seguida, afirmou que, a partir de janeiro de 2022, iremos adotar medidas para ser implantado um Plano de Continuidade de Negócios para prosseguimento da boa prática de governança junto às unidades do MJSP, incorporando às áreas meio e fim. A intenção é que o Plano seja implementado por meio da metodologia de gerenciamento de riscos utilizada pelo MJSP.

Na sequência, o Sr. Cláudio Py expôs sobre a campanha "#INTEGRIDADESOMOSTODOSNÓS", elaborada pela CGU, que consiste em materiais produzidos para divulgação de todos os órgãos sobre temas afetos à integridade pública. Informou que a ASCOM/MJSP está realizando a divulgação por intermédio de e-mail marketing. Os temas já abordados foram: assédio moral e sexual, conflito de interesses, integridade no serviço público, proteção ao denunciante e responsabilização de agentes públicos e pessoas jurídicas. O próximo tema a ser divulgado será Transparência Pública no governo federal. Ressaltou a importância de verificar o recebimento dessas campanhas juntos aos seus servidores. Em seguida, solicitou que as unidades encaminhassem à AECI as suas ações sobre integridade para inserção no próximo Boletim. Por fim, apresentou o conteúdo da 2ª edição do Boletim Informativo das ações de integridade realizadas pelas unidades.

Após isso, informou que o MJSP foi selecionado, pela Rede Governança Brasil (RGB), para receber o prêmio de Governança por possuir uma boa prática na área de governança. A RGB é uma entidade sem fins lucrativos que tem como missão colaborar na implantação de políticas de Governança, Gestão de Riscos e Compliance no Brasil, na América Latina e no mundo. Por fim, apresentou a reportagem, transmitida pela BandNews, sobre o assunto.

Assim, e não havendo mais nenhuma informação a acrescentar, o Coordenador da CEPI finalizou a reunião, da qual, para constar, eu, Karina de Ulhoa Soares, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente por todos os presentes.

Documento assinado eletronicamente por **KARINA DE ULHOA SOARES**, **Chefe da Divisão de Gestão**

de Controle, em 10/01/2022, às 10:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 21/01/2022, às 15:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Elisângela Galvão Silva de Magalhães**, **Agente Administrativo(a)**, em 24/01/2022, às 14:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LICIO JOAQUIM DA SILVA REGO**, **Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos**, em 24/01/2022, às 14:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **HELENA MELO MOURA**, **Coordenador(a) de Administração**, em 24/01/2022, às 16:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **CLARISSA DOS SANTOS TOLEDO VIEIRA**, **Assessor(a) Técnico(a)**, em 24/01/2022, às 17:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **KATIA DE QUEIROZ DOMINGUES BARONI**, **Assistente Técnico(a)**, em 25/01/2022, às 14:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA**, **Subsecretário(a) de Administração**, em 26/01/2022, às 18:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py**, **Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 03/02/2022, às 11:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Célia Bernardes Vilarinho**, **Coordenador(a) de Apoio Técnico e Estratégico**, em 03/02/2022, às 16:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **SILVANA NUNES DA SILVA**, **Presidente da Comissão de Ética**, em 03/02/2022, às 16:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS**, **Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 04/02/2022, às 15:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ANA HELENA DE OLIVEIRA PESSOA**, **Presidente da Comissão de Ética do Departamento Penitenciário Nacional**, em 07/02/2022, às 14:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues**, **Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 09/02/2022, às 20:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO**, **Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 10/02/2022, às 10:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rabelo Patury**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 11/02/2022, às 10:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **16778943** e o código CRC **C30174C1**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08001.002370/2021-16 SEI nº 16778943